

EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE: UM DEVER DO ESTADO

Antônio Carlos Efig¹

Augusto César Leite de Resende²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal demonstrar que é dever do Estado promover políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente, como meio necessário a dar efetividade ao direito fundamental ao desenvolvimento sustentável. Procurou-se ainda analisar a relação existente entre desenvolvimento sustentável e consumo consciente, a necessidade da educação como agente transformador de comportamentos de consumo e a possibilidade do Poder Judiciário determinar ao Estado a implementação dessas políticas públicas.

Palavras-Chave: Consumo Consciente; Desenvolvimento Sustentável; Educação; Dever do Estado; Direitos fundamentais.

EDUCATION FOR CONSCIOUS CONSUMPTION: A DUTY OF THE STATE

Abstract: This article aims to demonstrate that it is the main duty of the State to promote educational policies aimed at conscious consumption as a means necessary to give effect to the

¹ Mestre e Doutor pela PUCSP; professor titular da PUCPR (Curitiba, PR-Brasil) onde leciona na graduação, especializações, mestrado e doutorado; professor da Escola da Magistratura do Paraná; membro do Instituto dos Advogados do Paraná; Advogado militante em Curitiba. E-mail: ace@eradv.com.br.

² Mestrando em Direito pela PUCPR. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe - FANESE e Promotor de Justiça em Sergipe. E-mails: augusto@mp.se.gov.br e aclresende@bol.com.br.

fundamental right to sustainable development. We also sought to examine the relationship between sustainable development and consumption, the need for education as a transforming agent of consumer behavior and the ability of the judiciary to determine the State to implement these policies.

Keywords: Conscious Consumption; Sustainable Development; Education; Duty of the State; Fundamental Rights.

Sumário: 1. Introdução; 2. Desenvolvimento sustentável; 3. O desenvolvimento sustentável como dever do estado e direito fundamental dos cidadãos; 4. Consumo consciente; 5. Dever do Estado na promoção da educação para o consumo consciente; 6. Considerações finais; 7. Referências.

1. INTRODUÇÃO



O tema do presente trabalho científico se inspirou no fato de que o consumo está na essência da sociedade moderna e as atuais formas de produção e consumo produzem impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, havendo a necessidade de mudanças de comportamentos dos consumidores como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável.

O consumo consciente é um dos instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável porque estimula a produção de bens e serviços com menor impacto negativo ao meio ambiente e com observância dos direitos humanos, em especial dos trabalhadores.

Contudo, o consumo consciente somente promoverá o desenvolvimento sustentável se houver a execução de programas de educação que permitam que as pessoas tenham ciência dos impactos negativos e positivos que suas decisões de consumo podem provocar na sociedade e no meio ambiente e des-

sa maneira nortear corretamente as suas escolhas. Enfim, somente a educação voltada para o consumo consciente é que pode proporcionar uma mudança eficaz de comportamento dos consumidores alienados.

Desse modo, pretende-se demonstrar que a concretização do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável por meio do consumo consciente depende de uma atuação positiva do Estado consistente, dentre outras atividades, na tarefa de implementar programas de educação voltados ao consumo consciente.

Analisar-se-á ainda a possibilidade de o Poder Judiciário desempenhar legitimamente seu papel de garantir a aplicação e efetividade do Texto Constitucional, mormente a de assegurar a todos os cidadãos o livre exercício do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável através do consumo consciente.

Primeiramente, discutir-se-á o conceito de desenvolvimento sustentável. Posteriormente, tratar-se-á da inclusão do desenvolvimento sustentável no rol dos direitos fundamentais consagrados na Carta Magna.

Em seguida, abordar-se-á o conceito de consumo consciente, a sua relação com desenvolvimento sustentável e a necessidade de educação para que os consumidores possam adotar comportamentos éticos e solidários de consumo, mediante a escolha de fornecedores que adotem programas de responsabilidade socioambiental.

A questão do dever do Estado em implementar políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente como corolário do desenvolvimento sustentável, bem como a discricionariedade do administrador público quanto à conveniência e à oportunidade na sua promoção serão analisadas em seguida.

O problema do controle judicial de políticas públicas diante das omissões inconstitucionais do Estado e o princípio da separação dos Poderes serão, posteriormente, discutidos.

Por fim, serão abordadas as questões envolvendo a falta de recursos públicos para a concretização do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável, através do consumo consciente.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Inicialmente, cumpre diferenciar os conceitos de crescimento econômico e de desenvolvimento, eis que, apesar da existência de certa confusão terminológica, são termos de significados distintos.

O crescimento econômico é o aumento do produto interno bruto³, ou seja, o crescimento da disponibilidade de bens e serviços num determinado espaço de tempo, ao passo que o desenvolvimento promove mudanças qualitativas duradouras no bem-estar das pessoas.

Luís Carlos Bresser Pereira define desenvolvimento como “um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento da qualidade de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”⁴. O desenvolvimento promove, destarte, o aumento do padrão da qualidade de vida das pessoas, o bem-estar da população.

Não se pode conceber o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento porque o crescimento é mero “aumento do produto nacional em termos globais ou *per capita* num período de determinado”⁵, sem promover, necessariamente, transformações qualitativas no bem-estar humano.

Emerson Gabardo leciona que desenvolvimento é sem-

³ José Ely da Veiga (in *A Emergência Socioambiental*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p.40) ressalta que o crescimento econômico deve ser medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) e não pelo Produto Nacional Bruto.

⁴ PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 7. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 21.

⁵ GARBADO, Emerson. *Interesse Público e Subsidiariedade: o Estado e a sociedade civil para além do bem e do mal*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p. 243.

pre um processo que faz as condições de vida se elevarem continuamente, enquanto que crescimento é apenas um “surto” em que cessada a causa do crescimento, retorna-se rapidamente ao *status quo ante*⁶.

O crescimento econômico é medido pelo Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, o referido indicador é inadequado para mensurar o desenvolvimento de um país ou de bem-estar porque não leva em consideração a depreciação de importantes ativos, particularmente a degradação do meio ambiente, ou a acumulação de bens intangíveis como cultura, direitos humanos e instituições, de modo que haverá crescimento sempre que uma economia estiver tirando bom proveito mercantil do trabalho irregular, mas não haverá desenvolvimento⁷.

O índice comumente utilizado para aferir o desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto por Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia de 1998, e Mahbub ul Haq, que reflete o progresso a longo prazo de 03 (três) dimensões básicas do desenvolvimento humano, quais sejam, renda, educação e saúde⁸.

Além do IDH é possível destacar outros índices que demonstram a importância de elementos não exclusivamente econômicos na análise do desenvolvimento, como o índice de Aktinson, que demonstra a influência da desigualdade econômica, o coeficiente de Gini que verifica a desigualdade social e o HPI (Happy Planet Index) que utiliza fatores como bem estar social, expectativa de vida e qualidade do meio ambiente. Tais estudos utilizam dessas diversas fontes para indicar os impactos da prosperidade no desenvolvimento.

Destaca-se também a influência de análises como a do

⁶ GARBADO, Emerson. *Interesse Público e Subsidiariedade: o Estado e a sociedade civil para além do bem e do mal*. Belo Horizonte: Fórum, 2009. p.244.

⁷ VEIGA, José Ely da. *A Emergência Socioambiental*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p.41.

⁸ http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH. Acesso em: 10 nov. 2012.

Professor Xavier Sala-i-Martin que demonstram uma clara relação entre o desenvolvimento econômico e a redução de índices de pobreza e desigualdade.⁹

Assim, o processo de desenvolvimento deve realizar a dignidade da pessoa humana, mediante a promoção da melhor qualidade de vida e do bem-estar da população em ritmo contínuo e automático.

Ocorre que, após a Revolução Industrial e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial o processo de desenvolvimento executado pelos países se intensificou extraordinariamente no planeta, com consequências negativas da interferência do ser humano no meio ambiente.

Anthony Giddens ressalta que o capitalismo e o industrialismo criaram um mundo em um sentido mais negativo e ameaçador, um mundo no qual há mudanças ecológicas reais ou potenciais de um tipo daninho que afeta a todos no planeta¹⁰.

O desenvolvimento industrial e o crescimento econômico desenfreado têm provocado significativos impactos negativos no meio ambiente, gerando, por exemplo: a) a poluição e a destruição das fontes de abastecimento de água doce, o que poderá provocar graves problemas para a saúde pública¹¹; b) aceleração do aquecimento global¹²; c) a destruição das florestas; e d) a extinção de animais e plantas.

Alberto do Amaral Júnior atenta que a percepção da finitude dos recursos naturais, aliada ao conhecimento dos efei-

⁹ SALA-I-MARTIN, Xavier; PINKOVSKIY, Maxim. *Parametric estimations of the world distribution income*. Cambridge: National bureau of economic research, 2009. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w15433>>. Acesso em: 06/06/2014

¹⁰ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. p. 71.

¹¹ VEIGA, José Ely da. *A Emergência Socioambiental*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. p.69.

¹² Conforme IV Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, criado pelo Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e pela Organização Meteorológica Mundial e publicado em 2007.

tos colaterais que a exploração desenfreada desses recursos acarreta, originou nova visão do processo de desenvolvimento, não circunscrita aos aspectos exclusivamente econômicos, de modo que se faz necessária a integração entre desenvolvimento e a proteção do meio ambiente¹³.

Gustavo Henrique Justino de Oliveira ressalta que a promoção do desenvolvimento há de visar a realização da dignidade da pessoa humana, e por isso se estende a aspectos mais amplos, como os de natureza política, social, cultural e ambiental¹⁴.

Nesse diapasão, a concepção de direito ao desenvolvimento deve estar intimamente jungida à concretização da dignidade da pessoa humana e à defesa do meio ambiente, de forma que o desenvolvimento deve ser perseguido sem provocar danos ao meio ambiente ou, ao menos, com o mínimo de impactos negativos na natureza, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável.

Cumprе ressaltar que, nos termos das premissas apontadas, o crescimento econômico representa apenas uma das vertentes da concepção de desenvolvimento, que em conjunto com a integração social, deve considerar a solidariedade intergeracional em sua perenidade ecológica.

Não significa dizer, portanto, que o desenvolvimento sustentável limita-se a uma concepção meramente ecológica, tratando-se, em realidade, de construção complexa na qual nenhuma dimensão pode ser desconsiderada.

A expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente utilizada pela primeira vez em 1979 no Simpósio das

¹³ JÚNIOR, Alberto do Amaral. “O Desenvolvimento Sustentável no Plano Internacional”. In: FILHO, Calixto Salomão (org.). *Regulação e Desenvolvimento: novos temas*. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 88.

¹⁴ OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. Direito ao Desenvolvimento na Constituição Brasileira de 1988. *Revista Eletrônica de Direito Administrativo (REDAE)*. Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 16, novembro/dezembro/janeiro, 2009. Disponível em: <www.direitodoestado.com.br/redae.asp> Acesso em 22 dez 2012.

Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Contudo, é o Relatório *Brundtland*, denominado Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, que faz uma das definições mais conhecidas sobre desenvolvimento sustentável.

Diz o Relatório *Brundtland* que desenvolvimento sustentável é aquele desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro em junho de 1992, valorizou o direito ao desenvolvimento em harmonia com a proteção do meio ambiente. De fato, o Princípio 4 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento estabelece que “a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste” e, em seu Princípio 25, ressalta que o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis. Desse modo, não se pode falar em desenvolvimento que não seja sustentável.

Segundo Ignacy Sachs o desenvolvimento sustentável se fundamenta sobre três pilares ou dimensões, quais sejam, o social, o econômico e ambiental, *verbis*:

*[...] trabalho atualmente com a ideia do desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Ou seja, um tripé formado por três dimensões básicas da sociedade*¹⁵.

Juarez Freitas ressalta que o desenvolvimento sustentável sob a perspectiva econômica exige cuidados regulatórios, de transparência e de responsabilidade fiscal¹⁶. Já a sustentabi-

¹⁵ SACHS, Ignacy. Primeiras Intervenções. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo. *Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 22.

¹⁶ FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 66.

lidade social exige um processo de desenvolvimento que promova a justiça redistributiva e a maximização da eficácia dos direitos fundamentais sociais. E, por fim, a sustentabilidade ambiental pugna pela implementação de uma justiça ambiental intergeracional, preocupando-se com os impactos negativos das atividades humanas no meio ambiente, de modo que o desenvolvimento deve permitir às gerações futuras o acesso a um meio ambiente sadio e necessário à qualidade de vida.

Ademais, a RIO +20 reconheceu que é imprescindível a integração e a realização dos pilares econômico, social e ambiental para a concretização do desenvolvimento sustentável.

Com efeito, o item 3 do documento final denominado “O Futuro que Queremos”, aprovado pela Resolução N.º 66/288 da Assembleia Geral da Nações Unidas, afirma que “*es necesario incorporar aún más el desarrollo sostenible en todos los niveles, integrando sus aspectos económicos, sociales y ambientales y reconociendo los vínculos que existen entre ellos, con el fin de lograr el desarrollo sostenible en todas sus dimensiones*”.

Sendo assim, é fundamental a participação e solidariedade da sociedade no desenvolvimento sustentável, materializando apenas uma das formas de sua promoção por meio do consumo consciente.

3. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO DEVER DO ESTADO E DIREITO FUNDAMENTAL DOS CIDADÃOS

O desenvolvimento, enquanto direito fundamental da pessoa humana, foi consagrado pela primeira vez em um documento normativo internacional pela Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, aprovada pela Conferência Ministerial da Organização da Unidade Africana (OUA) em Banjul, Gâmbia, em janeiro de 1981, e adotada pela XVIII Assembleia

dos Chefes de Estado e Governo da Organização da Unidade Africana (OUA) em Nairóbi, Quênia, em 27 de julho de 1981. Segundo a referida Carta de Direitos Humanos:

Artigo 22º

1. Todos os povos têm direito ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural, no estrito respeito da sua liberdade e da sua identidade, e ao gozo igual do patrimônio comum da humanidade.

2. Os Estados têm o dever, separadamente ou em cooperação, de assegurar o exercício do direito ao desenvolvimento.

Posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU), através da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adotada pela Resolução N.º 41/128 da Assembleia Geral, proclamou que o direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados, ressaltando, inclusive, que a pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento e que deve ser participante ativo e beneficiário do direito ao desenvolvimento.

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento ainda define o desenvolvimento como um amplo processo econômico, social, cultural e político, que objetiva a melhoria constante do bem-estar de toda uma população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento.

Em 1993, a Declaração e Programa de Ação de Viena das Nações Unidas reafirmou o direito ao desenvolvimento como um direito universal, fundamental e inalienável do homem, cuja pessoa humana é o sujeito central do desenvolvimento.

Nesse contexto, Carla Abrantkoski Rister ensina que o direito ao desenvolvimento vai além do conceito de desenvolvimento puramente econômico, ou essencialmente sustentável,

visto que pressupõe uma aproximação centrada nos direitos humanos, em que se deve ter sempre em mente a paz, a economia, o meio ambiente, a justiça e a democracia¹⁷.

O art. 3º, inciso II, da Constituição Federal estabelece que é objetivo precípuo da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional. Por outro lado, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, inspirando-se nos documentos internacionais de proteção ao meio ambiente, em especial a Declaração de Estocolmo de 1972, assegura o direito ao meio ambiente.

Estes valores convergentes e indissociáveis, uma vez que o desenvolvimento perpassa necessariamente pela sustentabilidade ambiental, adquiriram tamanha relevância ao Estado que foram elevados como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme expõe José Afonso da Silva:

*É a primeira vez que uma Constituição assinala, especificamente, objetivos do Estado brasileiro, não todos, que seria despropositado, mas os fundamentais, e, entre eles, uns que valem como base das prestações positivas que venham a concretizar a democracia econômica, social e cultural, a fim de efetivar na prática a dignidade da pessoa humana.*¹⁸

Ou seja, por estarem positivados como objetivos de todo o ordenamento jurídico e estatal, a atuação do Estado para tanto deve ser realizada de modo ativo e incisivo, viabilizando a efetivação das políticas públicas voltadas para estes fins.

Ademais, o direito ao meio ecologicamente equilibrado está diretamente fulcrado também no princípio da dignidade da pessoa humana porque essencial à sadia qualidade de vida e à própria existência humana. Não há que se falar em dignidade humana se não houver condições bióticas e abióticas favoráveis

¹⁷ RISTER, Carla Abrantkski. *Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências*. São Paulo: Renovar, 2007. p.56.

¹⁸ SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. p. 106.

ao bem-estar, à saúde e à vida humana, isto é, que proporcione ao homem uma sadia qualidade de vida.

Nesse diapasão, em homenagem aos princípios da unidade da Constituição e da concordância prática das normas constitucionais, chega-se à conclusão que o legislador constituinte optou pelo desenvolvimento, integral e sustentável, porque não se pode promover o desenvolvimento desvinculado da dignidade humana e da proteção ao meio ambiente.

A Constituição Federal reservou inteiramente o Título II aos Direitos e Garantias Fundamentais, nele consagrando um leque amplo e extenso de direitos fundamentais do ser humano, classificando-os em cinco espécies: a) direitos e deveres individuais; b) direitos e deveres coletivos; c) direitos sociais; d) direitos à nacionalidade; e e) direitos políticos.

No entanto, o rol do referido Título II da Carta Magna não é exaustivo, mas sim meramente exemplificativo porque o art. 5º, § 2º, da própria Constituição Federal ressalva que “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

Os direitos fundamentais não são apenas aqueles consagrados e reconhecidos formalmente na Constituição, pois a Carta Magna admite a existência de outros direitos fundamentais não inseridos no rol do Título II, reconhecendo, destarte, a existência dos chamados direitos materialmente fundamentais.

Os direitos fundamentais podem ser classificados em: direitos formalmente fundamentais e direitos materialmente fundamentais. Serão formalmente fundamentais os direitos expressamente incorporados no catálogo dos direitos fundamentais da Constituição.

Por sua vez, os direitos materialmente fundamentais poderão ser identificados a partir do conceito aberto de direitos fundamentais adotado pelo art. 5º, § 2º, da Constituição Fede-

ral, que possibilita o reconhecimento de direitos fundamentais positivados em outras partes do texto constitucional ou em tratados internacionais e até mesmo na identificação de direitos fundamentais não-escritos ou implícitos na Constituição, que sejam decorrentes do regime e princípios por ela adotados¹⁹.

O Supremo Tribunal Federal já se pronunciou no sentido de que os direitos fundamentais individuais e coletivos não se restringem ao catálogo do art. 5º da Constituição Federal, podendo ser encontrados em outras partes do texto constitucional, conforme se depreende do julgado abaixo:

Direito Constitucional e Tributário. Ação Direta de Inconstitucionalidade de Emenda Constitucional e de Lei Complementar. I.P.M.F. Imposto Provisório sobre a Movimentação ou a Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - I.P.M.F. Artigos 5., par. 2., 60, par. 4., incisos I e IV, 150, incisos III, "b", e VI, "a", "b", "c" e "d", da Constituição Federal. 1. Uma Emenda Constitucional, emanada, portanto, de Constituinte derivada, incidindo em violação a Constituição originária, pode ser declarada inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, cuja função precípua é de guarda da Constituição (art. 102, I, "a", da C.F.). 2. A Emenda Constitucional n. 3, de 17.03.1993, que, no art. 2., autorizou a União a instituir o I.P.M.F., incidiu em vício de inconstitucionalidade, ao dispor, no parágrafo 2. desse dispositivo, que, quanto a tal tributo, não se aplica "o art. 150, III, "b" e VI", da Constituição, porque, desse modo, violou os seguintes princípios e normas imutáveis (somente eles, não outros): 1. - o princípio da anterioridade, que é garantia individual do contribuinte (art. 5., par. 2., art. 60, par. 4., inciso IV e art. 150, III, "b" da Constituição); [...] (BRASIL. Supremo Tribunal Federal – Tribunal Pleno, ADI 939/DF, Rel. Min. Sydney Sanches, DJU 18.03.1994. p.5165). (grifo nosso)

A identificação e a caracterização de um direito materialmente dotado de fundamentalidade não são tarefas fáceis para o intérprete e aplicador do direito, pois tais tarefas não decor-

¹⁹

SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p.85.

rem apenas da simples leitura do Texto Constitucional, na medida em que poderão existir outros direitos fundamentais dispersos no corpo da Constituição, positivados em tratados internacionais ou consagrados em princípios não assentados na Constituição da República.

A definição de direito fundamental proposta por Ingo Wolfgang Sarlet permite ao intérprete a identificação e, conseqüentemente, a efetivação e a proteção de direitos fundamentais exclusivamente materiais, isto é, não consagrados expressamente no catálogo do Título II da Constituição Federal. Vejamos:

Direitos fundamentais são, portanto, todas aquelas posições jurídicas concernentes às pessoas, que, do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram, por seu conteúdo e importância (fundamentalidade em sentido material), integradas ao texto da Constituição e, portanto, retiradas da esfera de disponibilidade dos poderes constituídos (fundamentalidade formal), bem como as que, por seu conteúdo e significado, possam lhes ser equiparados, agregando-se à Constituição material, tendo, ou não, assento na Constituição formal (aqui considerada a abertura material do Catálogo)²⁰.

Reconhecem-se direitos que, apesar de não consagrados formalmente no rol do Título II da Constituição Federal, por seu conteúdo, importância e significado, podem ser considerados fundamentais e, por isso mesmo, inseridos, ainda que implicitamente, na Carta Constitucional, produzindo todos os efeitos jurídicos como se direitos formalmente fundamentais fossem.

Com base nessas premissas, pode-se concluir que o direito ao desenvolvimento é legítimo direito fundamental da pessoa humana, vez que é um processo contínuo e automático de transformação concomitantemente social, político e econômico que promove, além do avanço econômico, a reali-

²⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p.91.

zação da dignidade da pessoa humana, mediante o aumento da qualidade de vida das pessoas e do bem-estar da população e protege o meio ambiente para às presentes e futuras gerações.

O direito ao desenvolvimento, em todas as suas dimensões, está inserido no conceito de direito fundamental de terceira geração ou dimensão porque o aludido direito fundamental não pertence ao ser humano individualmente considerado, não se trata de um direito individual, mas de direito cuja titularidade pertence indistintamente a todos os seres humanos, ou seja, à coletividade.

E, assim sendo, compete ao Estado não somente a tutela destes direitos fundamentais, mas também a promoção ativa de meios que assegurem sua efetividade, por meio de políticas públicas e demais atos administrativos.

O Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 81, parágrafo único, inciso I, define que são direitos difusos “os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”, de modo que da conceituação legal, extraem-se as características dos direitos difusos, quais sejam: a) titulares indeterminados; b) objeto indivisível; e c) elo fático entre os titulares.

Hugo Nigro Mazzilli relaciona as principais distinções entre os direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos num elucidativo quadro sinótico, abaixo apontado:

Interesses	Grupo	Objeto	Origem
Difusos	<i>Indeterminável</i>	Indivisível	situação de fato
Coletivos	Determinável	Indivisível	<i>relação jurídica</i>
Ind. homog.	Determinável	<i>Divisível</i>	origem comum

Tabela 1

Fonte: MAZZILLI, Hugo Nigro. A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p.58

Dessa maneira, verifica-se que o direito ao desenvolvimento sustentável é autêntico direito difuso, uma vez que os titulares do referido direito fundamental são indetermináveis, o objeto do direito é indivisível porque compartilhado por um

número indeterminável de pessoas, na mesma medida de qualidade e quantidade, e os seus titulares estão ligados entre si por um laço fático.

Portanto, o direito ao desenvolvimento sustentável é direito fundamental da pessoa humana de terceira dimensão, espécie de direitos difusos, exercitável, primariamente, em razão da eficácia vertical dos direitos fundamentais, que pode ser pleiteado, inclusive, contra o Poder Público e cuja tutela se pode promover por meio da ação civil pública ou da ação popular. Visto que a promoção de meios para a efetividade do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável, mormente pela educação e informação dos consumidores, representam, em realidade, obrigação originária do Poder Estatal.

4. CONSUMO CONSCIENTE

Anthony Giddens preceitua que a modernidade se refere ao “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”²¹, no qual o capitalismo e o industrialismo são 02 (duas) de suas dimensões institucionais, sendo que o capitalismo é um sistema de produção de bens e serviços, fulcrado numa relação estabelecida entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado, ao passo que o industrialismo se caracteriza pelo uso das fontes inanimadas de energia material na produção de bens, ou seja, pela utilização de máquinas no processo produtivo.

Nesse contexto, os avanços científicos e tecnológicos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial transformaram a sociedade moderna em uma sociedade de consumo de massa.

De fato, a sociedade moderna se caracteriza por ser um grupo social em estágio avançado de desenvolvimento indus-

²¹ GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. p. 08.

trial, com grande circulação e consumo de bens e serviços oferecidos graças a uma produção intensiva, pois o homem contemporâneo tem uma necessidade ilimitada de adquirir e usar inúmeros bens e serviços²².

A sociedade de consumo de massa produz constantemente carências e desejos nas pessoas, pois os indivíduos passam a ser julgados por aquilo que consomem, vestem ou calçam, pelos locais que frequentam, pelos bens materiais que possuem e mostram aos outros membros da sociedade. Os indivíduos passam a consumir com os olhos e emoções voltados apenas para eles mesmos, num ato unicamente individualista, sem se preocupar com as consequências de suas decisões de consumo. O consumo é, portanto, uma atividade que envolve a tomada de decisões políticas, morais e culturais.

Ademais, o consumo afeta o meio ambiente porque é a natureza quem fornece as matérias-primas para a produção de bens e serviços e pode ainda impactar negativamente os direitos humanos, pois alguns fornecedores violam os direitos trabalhistas com a intenção de maximizar a produção e reduzir despesas com pessoal e, conseqüentemente, aumentar os seus lucros.

De modo que o consumo consciente não representa apenas uma alternativa verde, meramente preocupada com a ecologia, visto que, em realidade, é um novo paradigma que se consolida no mercado de consumo, no qual os consumidores cidadãos censuram aqueles fornecedores que desrespeitem valores ambientais, sociais ou mesmo econômicos.

A humanidade já consome 25% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra.²³ Se os padrões de consumo e produção se mantiverem no atual patamar, em menos de 50 anos serão necessários dois planetas Terra para aten-

²² FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. p. 14.

²³ Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/meio-ambiente-40132.htm>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

der nossas necessidades de água, energia e alimentos. Esta situação já é refletida, por exemplo, no acesso irregular à água de boa qualidade em várias partes do mundo, na poluição dos grandes centros urbanos e no aquecimento global²⁴. Como se vê, os padrões atuais de consumo da sociedade moderna são socialmente injustos e ambientalmente insustentáveis.

O capítulo 4 da Agenda 21, assinada durante a ECO/92 no Rio de Janeiro, revela que “as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados”. E mais, “motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios”.

Ocorre que, o ato de consumir tanto pode contribuir para a destruição do meio ambiente e o desrespeito aos direitos humanos, como pode estimular a produção de bens e serviços com menor impacto negativo ao meio ambiente e com observância das leis trabalhistas e o respeito aos direitos humanos²⁵.

Se os riscos socioambientais decorrentes das formas atuais de produção e consumo são incertos e imprevisíveis, é mister que as pessoas adotem urgentemente práticas de consumo consciente, pois, conforme aduz Antônio Carlos Efig “a própria preservação do planeta depende desta nova conduta”²⁶.

Elias Fajardo ressalta que existem 03 (três) variações de consumo. O consumo alienado em que o consumidor não se preocupa com a qualidade e a procedência dos produtos, mas apenas com a quantidade consumida, o consumo crítico em que a pessoa procura qualidade, evita os excessos e considera o direito de escolha fundamental e, finalmente, o consumo cons-

²⁴ Disponível em: <<http://www.geomundo.com.br/meio-ambiente-40132.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

²⁵ FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. p. 22.

²⁶ EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do Direito das Relações de Consumo*. Curitiba: Juruá, 2011. p.126.

ciente em que o consumidor antes de comprar indaga de onde vem o produto, quem o produziu e em que condições e se foram respeitados o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores e a partir das respostas norteia a sua decisão de consumo²⁷.

O consumidor ao tomar consciência de que a sua escolha no ato de comprar pode maximizar os impactos socioambientais positivos e minimizar os negativos, ele poderá contribuir decisivamente com seu poder de consumo para construir um mundo melhor.

O consumidor consciente não é individualista, não pensa apenas em sua satisfação econômica pessoal, ele também se preocupa com os impactos socioambientais que a produção, distribuição e consumo de bens e serviços provocam na sociedade e, por isso, escolhe produtos cuja produção obedece a critérios sociais e ambientais. Isso é consumo consciente.

Os consumidores conscientes do impacto do seu consumo no meio ambiente e na sociedade só irão escolher fornecedores que possuam programas de responsabilidade socioambiental, obrigando as demais a adotarem comportamentos socioambientais corretos para sobreviverem no mercado.

Ou seja, tendo em vista a dinamicidade do mercado de consumo atual, fornece-se um instrumento ao consumidor, no qual além das circunstâncias financeiras, levar-se-á em conta reflexos sociais e ambientais, impondo pela própria lógica do mercado uma responsabilização aos fornecedores.

Neste sentido, Marcos Gouvêa de Souza ressalta que o processo de tomada de consciência dos consumidores quantos aos impactos socioambientais do consumo pressiona as empresas culturalmente atentas a adotarem práticas de sustentabilidade social e ambiental, eis que menosprezar essa tendência de conscientização de seus clientes pode ser um erro irreparável

²⁷ FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. p. 21.

ou muito custoso para a empresa²⁸.

Deve-se salientar, todavia, que esta atuação coletiva da sociedade, promovida pelo Estado por meio da educação, não representa a única intervenção na ordem econômica prevista constitucionalmente, existindo a possibilidade convergente de regulação essencialmente econômica, influenciando diretamente no preço dos produtos e serviços.

Assim, o consumo consciente é apenas um dos meios de se promover o desenvolvimento sustentável, que tem seu mérito na aproximação solidária do Poder Público com a atuação consciente da sociedade civil. Aliás, Antônio Carlos Efigênia é claro ao estabelecer, *in verbis*:

O conceito de desenvolvimento sustentável depende do conceito de consumo consciente. Este reflete a necessidade de os consumidores (de produtos e serviços) passarem a ser agentes de “controle crítico” do desenvolvimento sustentável, e isto só pode ser possível desapegando-se dos conceitos individualistas a respeito do que se consome, do que se utiliza, porque isto tem influência direta em todos os cidadãos e no próprio meio ambiente²⁹.

A concretização dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável exige, dentre outras ações, a adoção de práticas de consumo consciente porque, dentre outros benefícios, forçará fornecedores e produtores de bens e serviços a incluírem em seus processos produtivos boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômico.

Ocorre que, o consumo consciente essencial ao desenvolvimento sustentável exige uma mudança de comportamento dos consumidores alienados e críticos e, para tanto, fazem-se necessárias a informação e a educação, para que os consumidores tenham ciência dos impactos negativos e positivos que a sua decisão de consumo pode provocar na sociedade e no meio

²⁸ SOUZA, Marcos Gouvêa de. *Metaconsumidor: a sustentabilidade na visão do consumidor*. São Paulo: GS&MD, 2010, 38-39.

²⁹ EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do Direito das Relações de Consumo*. Curitiba: Juruá, 2011. p.125.

ambiente e dessa maneira nortear corretamente as suas escolhas.

O consumo faz parte do estilo de vida das pessoas, do relacionamento entre elas e promove a integração dos indivíduos nos grupos sociais, o que dificulta a mudança nos padrões de consumo, fazendo-se necessária, portanto, a execução de programas e ações de educação voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao consumo consciente.

Com efeito, a adoção em larga escala e duradoura de práticas de consumo consciente depende da conscientização e mudança de postura do consumidor, que somente ocorrerá se houver um processo educacional nesse sentido bem planejado e de execução continuada.

A educação para o consumo consciente proporcionará a disseminação de uma nova mentalidade e conscientização da utilização racional dos recursos naturais e de proteção dos direitos humanos, a partir do que os consumidores adotarão uma postura responsável, ética e solidária em seus atos de consumo.

Esclarece-se que referida educação para o consumo consciente não deve limitar-se à rigorosidade da educação formal, perpassando necessariamente pelo fomento da educação informal, na promoção de uma cultura de consumo consciente.

De fato, a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos dependem de uma consciência socioambiental das pessoas e a formação dessa consciência depende da educação.

O Capítulo 36 da Agenda 21 enfatiza que a educação é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e o consumo consciente, melhorando conseqüentemente a capacidade das pessoas em entender os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. Nesse diapasão, a Organização das Nações Unidas instituiu, em dezembro de 2002, através da Resolução N. 57/254, a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para o período de 2005-2014,

cujo objetivo principal é integrar os princípios, valores e práticas inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos.

É através da educação, formal e informal, que se incentivará mudanças de comportamento, inclusive de consumo, que virão a gerar um futuro mais sustentável em termos de integridade ambiental, da viabilidade econômica e de uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras.

A própria UNESCO ressalta a importância da educação para o consumo consciente ao alertar que “as consequências do consumo excessivo e do desperdício que caracterizam alguns modos de vida, onde quer que ocorram, são um argumento muito forte para que se dê especial atenção ao programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável”³⁰.

A educação incentiva os valores, comportamentos e estilos de vida necessários para um futuro sustentável porque é através da educação que se aprende a tomar decisões, inclusive de consumo, que levem em consideração o futuro em longo prazo de igualdade, economia e meio ambiente de todas as comunidades.

Antônio Carlos Efigênia aduz que “a conscientização crítica do consumidor demanda informações e sua educação para a adoção dos valores socioambientais tais como os norteadores de suas decisões” e a educação para o consumo consciente depende da atuação positiva do Estado consistente na implementação de políticas públicas educacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável e para o consumo consciente³¹.

³⁰ ONU. *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação*. Brasília: UNESCO, 2005. p. 66.

³¹ EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do Direito das Relações de Consumo*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 125-126.

5. DEVER DO ESTADO NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE

O consumo consciente é, como alhures ressaltado, um dos meios de se promover o desenvolvimento sustentável. A concretização do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável através do consumo consciente depende de uma atuação positiva do Estado consistente, dentre outras atividades, na tarefa de implementar programas de educação voltados a fomentar o consumo consciente.

O que não significa dizer que esta promoção do consumo consciente, por meio da formação de uma cultura que considere estes valores, exclua ou reduza as demais obrigações estatais, igualmente previstas no texto constitucional.

Hodiernamente, não mais se discute a força normativa da Constituição. A Carta Magna é norma jurídica dotada de imperatividade e que, por isso mesmo, seus preceitos são obrigatórios e vinculativos e a Constituição Brasileira consagra, ainda que implicitamente, o direito fundamental ao desenvolvimento sustentável.

O consumo consciente é boa prática que depende, como vimos, de uma atuação positiva do Estado consistente num *facere*, isto é, na implementação de ações concretas de educação que incentivem a mudança de comportamento dos consumidores e a promoção do consumo consciente em larga escala para assim dar eficácia social ao direito fundamental desenvolvimento sustentável.

O Estado está constitucionalmente obrigado a promover o direito ao desenvolvimento sustentável. Por isso, deverá se utilizar de todos os instrumentos necessários para dar eficácia social ao aludido direito fundamental, dentre os quais está a educação voltada ao consumo consciente.

A omissão estatal de tal dever, por certo, não se justifica, afigurando-se inaceitável a inexistência ou deficiência de

políticas públicas nesse sentido. Enfim, a ausência/deficiência de políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente e, por consequência, do desenvolvimento sustentável provoca sensíveis prejuízos ao meio ambiente e à sociedade.

Discrecionabilidade é liberdade de atuação do agente público de acordo com seu juízo de conveniência e oportunidade, nos casos em que o ordenamento jurídico confere tal liberdade.

A discrecionabilidade do Administrador Público está devidamente balizada quando a Constituição Federal fixa fins, metas e programas a serem desenvolvidos pelo Estado, ou seja, quando impõe um fazer consubstanciado na implementação de políticas públicas ou de prestações materiais e jurídicas, as quais permitam o efetivo exercício dos direitos fundamentais consagrados na Magna Carta.

Segundo Alexandre Coutinho Pagliarini, “as normas definidoras de Direitos Humanos, sejam elas Constitucionais ou Internacionais, elas são portadoras da marca das *jus cogens* (normas imperativas e de aplicabilidade imediata)”³² e a Constituição Federal impõe ao Estado o dever fundamental de promover o desenvolvimento sustentável e, como consequência, o consumo consciente, subtraindo do Administrador Público qualquer juízo de conveniência e oportunidade sobre a sua concretização, ou seja, não está na livre disposição dos Poderes Públicos decidir se o desenvolvimento sustentável deve ou não ser promovido e, para isto, necessário se faz a implementação de políticas educacionais voltadas ao consumo consciente, já que não haverá desenvolvimento sustentável sem consumo consciente, conforme adverte Antônio Carlos Efigê³³.

Trata-se, ainda, de dever oriundo das diretrizes consti-

³² PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Teoria geral e crítica do direito constitucional e internacional dos direitos humanos. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri (Coord.). *Direito constitucional e internacional dos direitos humanos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p.30.

³³ EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do Direito das Relações de Consumo*. Curitiba: Juruá, 2011. p.125.

tucionais e, especificamente, da efetivação da Política Nacional das Relações de Consumo que também apontou a educação e informação, assim como a atuação governamental, como princípios a nortear o mercado de consumo.

Ao se considerar os valores em questão, bem como o disposto na referida política, essencial elucidar que esta promoção do consumo consciente harmoniza-se com as demais políticas públicas, como aquelas voltadas à redução de desigualdade social e acesso à bens de subsistência à denominada nova classe média. Corroborando, deste modo, com o oferecimento de um mínimo existencial a toda sociedade de consumo, que diverge do hiperconsumo que se busca evitar.

Um dos temas mais controvertidos do cenário jurídico nacional é a que trata do controle judicial de políticas públicas. Opiniões contrárias sustentam a impossibilidade jurídica do controle judicial por entenderem que haveria nítida intromissão do Poder Judiciário em questões tipicamente reservadas à discricionariedade e às opções políticas do Poder Executivo, com flagrante violação ao princípio da separação dos Poderes previsto no art. 2º da Constituição Federal.

Ocorre que, o inadimplemento das obrigações constitucionais por parte do Poder Público confere ao Poder Judiciário o dever-poder de assegurar o cumprimento das normas constitucionais, em razão justamente da força normativa da Constituição e do princípio da máxima efetividade da norma constitucional, sem que isso venha, evidentemente, a caracterizar violação ao princípio da separação dos Poderes.

O poder do Estado, em seus primórdios, encontrava-se concentrados nas mãos de uma única pessoa, de modo que toda a atividade estatal era exercida por esse órgão único, pessoal e detentor supremo do poder estatal, o que dava margem à tirania. Contudo, essa concentração de poder em uma só pessoa não perdurou por muito tempo, vez que o crescimento territorial e populacional do Estado e o desenvolvimento social enseja-

ram a divisão dos poderes do Estado³⁴.

A teoria da “Tripartição de Poderes” foi inicialmente idealizada por Aristóteles, em sua obra “Política”, através do qual o filósofo grego identificou três funções básicas e distintas exercidas pelo Estado, quais sejam: edição de normas, aplicação destas normas e julgamento, concentrando, no entanto, tais funções unicamente na figura da assembleia dos cidadãos³⁵.

Em 1748, Montesquieu, inspirando-se nos ideais iluministas da época, aprimorou, em seu célebre livro “O Espírito das Leis”, a Teoria da Separação dos Poderes através da atribuição das funções do Estado a órgãos distintos, autônomos e independentes, com vistas a limitar a atuação e o poder do Estado.

Dalmo de Abreu Dallari aduz que o ponto obscuro da teoria de Montesquieu é a indicação das atribuições de cada um dos poderes porque ela faz alusão a um Poder Legislativo, a um Poder Executivo do Direitos das Gentes e um Poder Executivo do Direito Civil, sendo que a este último competiria o poder de julgar e ao outro Poder Executivo caberia o poder de administrar o Estado³⁶.

Montesquieu visou apenas enfraquecer o poder do Estado Absolutista, sem se preocupar com a eficiência da atividade estatal, embora entendesse necessária uma perfeita harmonia entre os três Poderes, mediante limites recíprocos entre eles.

Contudo, a teoria desenvolvida por Montesquieu foi distorcida pelos revolucionários franceses de 1789 que estabeleceram uma separação rígida e absoluta entre os Poderes do

³⁴ Ressalte-se que a terminologia “tripartição de poderes” é equivocada, uma vez que o poder estatal é uno e indivisível. O que ocorre, na verdade, é uma distribuição de funções do Estado entre órgãos distintos e independentes uns dos outros, visando otimizar a atividade do Estado e evitar abuso de poder do governante. No entanto, empregaremos o termo “tripartição de poderes” no presente trabalho porque é de uso tradicional e comum na literatura jurídica nacional.

³⁵ AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 44. ed. São Paulo: Globo, 2005. p.177.

³⁶ DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p.219.

Estado, de modo que os respectivos Poderes somente podiam exercer suas funções típicas. Vale dizer: o Poder Executivo somente administrava, o Poder Legislativo somente editava normas e o Poder Judiciário só julgava, não lhes sendo permitido exercer as atribuições dos outros Poderes.

Por isso, o sistema de freios e contrapesos (Teoria do Checks and Balances) autoriza aos Poderes do Estado exercer funções atípicas, isto é, funções próprias dos dois outros Poderes, com a finalidade precípua de assegurar a harmonia entre os Poderes e o livre exercício de suas funções típicas, sem que um Poder exerça ingerência ou supremacia sobre os demais.

Assim, cumpre ao Poder Judiciário, no exercício de suas funções típicas, o dever-poder de interpretar e aplicar as normas jurídicas nos conflitos surgidos entre os particulares ou entre os cidadãos e o Estado. Ou seja, cabe ao Poder Judiciário determinar aos demais Poderes e, evidentemente, aos particulares, a correta observância do ordenamento jurídico.

E uma vez que o desenvolvimento socioambiental representa direito fundamental de terceira geração, com repercussão à coletividade, sua tutela igualmente deve ser buscada coletivamente, seja pela atuação do Ministério Público ou mesmo das entidades representativas.

De qualquer modo, o direito ao desenvolvimento sustentável impõe uma conduta ativa do Estado, no sentido de que este deve promover ações e programas relativos à sustentabilidade econômica, social e ambiental e uma dessas ações é promoção da educação voltada ao consumo consciente.

No entanto, a implementação desta específica política pública envolve o gasto de dinheiro público e os recursos são limitados, daí porque ser afirmado que o efetivo exercício dos direitos fundamentais depende de disponibilidade financeira do Estado, a chamada reserva do possível.

O Estado dispõe apenas de limitada capacidade de dispor sobre o objeto das prestações reconhecidas pelas normas

definidoras de direitos fundamentais sociais, de tal sorte que a limitação dos recursos constitui limite jurídico e fático dos direitos fundamentais³⁷.

Por óbvio que as condições socioeconômicas do atual Estado brasileiro urge por inúmeras providências essenciais tanto ao desenvolvimento, integral e sustentável, como à própria dignidade do cidadão brasileiro. Não se excluindo, todavia, a relevância de uma atuação estatal na promoção desta educação, ou mesmo cultura, de consumo consciente, mormente ao se considerar a sociedade de risco global na qual se insere e as manifestas emergências socioambientais.

Ana Paula de Barcellos, seguindo a linha trilhada pela doutrina nacional, também afirma que a reserva do possível é um limite jurídico e fático dos direitos fundamentais, uma vez que “pouco adiantará, do ponto de vista prático, a previsão normativa ou a refinada técnica hermenêutica se absolutamente não houver dinheiro para custear a despesa gerada por determinado direito subjetivo”³⁸.

Luís Roberto Barroso leciona que para a efetividade das normas definidoras de direitos fundamentais sociais “certas prestações hão de situar-se dentro da reserva do possível, das disponibilidades do erário”³⁹.

A limitação de recursos financeiros é uma realidade da qual não se pode ignorar, fechar os olhos. É verdade que compete, a princípio, aos Poderes Legislativo e Executivo, segundo suas opções políticas, a elaboração do orçamento do Estado, ou seja, a destinação e aplicação dos recursos públicos. Entretanto, a liberdade do legislador e do administrador público sofre res-

³⁷ SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p.305.

³⁸ BARCELLOS, Ana Paula de. *A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: O Princípio da Dignidade na Pessoa Humana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. p.262.

³⁹ BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas*. 8.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p.105.

trições, uma vez que o orçamento deverá ser formulado de modo a atender, razoavelmente, todas as políticas públicas impostas pela Constituição Federal ao Estado e destinadas a propiciar o livre exercício dos direitos fundamentais, sob pena de incorrer-se em omissão inconstitucional.

A falta de recursos públicos não pode ser guindada a obstáculos à efetivação dos direitos fundamentais, pois imaginar que a realização desses direitos depende de cofres cheios do Estado significa reduzir a sua eficácia a zero, ressaltando que se não atendidas as condições materiais mínimas indispensáveis a uma existência digna.

Américo Bedê Freire Júnior defende a idéia de que a reserva do possível deverá ser levada em conta na hora da decisão judicial, não para impedir a concretização de direitos fundamentais, mas para viabilizar o cumprimento da Constituição compromissada com a dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais⁴⁰.

Porém, por maior sensibilidade e boa vontade que o intérprete e o aplicador do direito possam ter, os recursos necessários a dar efetividade ao direito ao desenvolvimento sustentável e ao consumo consciente não surgirão num piscar de olhos. Então, o que se fazer quando não houver verba suficiente para a execução de programas e projetos educacionais voltados para o consumo consciente?

Neste caso, o Poder Judiciário poderá, principalmente com a atuação incisiva das entidades coletivas, e com fulcro no princípio da implementação progressiva dos direitos sociais, determinar a adoção gradual de políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente com vistas a manter o equilíbrio econômico-financeiro do Estado.

O Estado deverá criar condições materiais necessárias à concretização do direito ao desenvolvimento sustentável, de

⁴⁰ JÚNIOR, Américo Bedê Freire. *O Controle Judicial de Políticas Públicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p.79.

modo que deverá incluir nos orçamentos dos exercícios financeiros seguintes verbas suficientes para a execução das políticas públicas de educação para o consumo consciente⁴¹.

Visando à efetividade desta necessária educação voltada ao consumo consciente, cuja imposição constitucional ao Poder Público restou demonstrada, pode ser consolidada por meio de políticas públicas que inserem estes valores não somente na educação infantil formal, com a devida socialização dos estudantes, mas também sua reverberação nas comunidades acadêmicas e dos responsáveis pela administração pública, ou seja formando uma cultura de consumo consciente.

O Estado deve utilizar o máximo de recursos disponíveis para a implementação de educação voltada ao consumo consciente e, por consequência, para a efetividade do direito ao desenvolvimento sustentável e, na ausência real de recursos públicos suficientes para a máxima eficácia do aludido direito fundamental, o Estado deverá empreender um planejamento focado, em metas de curto, médio e longo prazo, justificando à sociedade a racionalidade dos critérios escolhidos⁴².

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo científico foi o de investigar a obrigatoriedade de o Estado empreender políticas públicas educacionais relacionadas ao consumo consciente e a possibilidade de o Poder Judiciário determinar ao Estado a implementação dessas políticas públicas.

Partiu-se da premissa que o direito ao desenvolvimento sustentável é legítimo direito fundamental da pessoa humana, constituindo-se em um processo contínuo e automático de transformação concomitantemente social, político e econômico

⁴¹ CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre Direitos Fundamentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Portugal: Coimbra Editora, 2008. p. 109.

⁴² GOTTI, Alessandra. *Direitos Sociais: fundamentos, regime jurídico, implementação e aferição dos resultados*. São Paulo: Saraiva, 2012. p.110.

que promove, além do avanço econômico, a realização da dignidade da pessoa humana, mediante o aumento da qualidade de vida das pessoas e do bem-estar da população e protege o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

O direito ao desenvolvimento sustentável é direito fundamental da pessoa humana de terceira dimensão, espécie de direitos difusos, exercitável, primariamente, contra o Poder Público, que deverá empreender políticas públicas com a finalidade precípua de dar plena efetividade ao referido direito fundamental e o consumo consciente é um dos meios de se promover o desenvolvimento sustentável porque, dentre outros benefícios, forçará fornecedores e produtores de bens e serviços a incluírem em seus processos produtivos boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômico.

O consumo consciente exige, contudo, mudança de comportamento dos consumidores. Os consumidores conscientes devem nortear as suas decisões de consumo a partir dos impactos negativos e positivos que o seu ato de comprar e usar pode provocar na sociedade e no meio ambiente, o que demanda informação e, principalmente, educação.

Desse modo, a efetividade do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável através do consumo consciente depende de uma atuação positiva do Estado consistente, dentre outras atividades, na tarefa de implementar programas de educação voltados a fomentar o consumo consciente.

Entretanto, a implementação de políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente envolve o gasto de dinheiro público e os recursos são limitados, daí porque ser sustentado que o efetivo exercício dos direitos fundamentais depende de disponibilidade financeira do Estado, a chamada reserva do possível.

A omissão do Estado aos deveres constitucionais de assegurar a plena fruição do direito ao desenvolvimento sustentável submete-se ao controle judicial, sem que isto caracterize

violação à separação e à independência dos Poderes, pois o Poder Judiciário não criará políticas públicas, nem usurpará a iniciativa do Poder Executivo, apenas determinará o cumprimento de deveres fundamentais constitucionalmente definidos, ainda que implicitamente.

E em caso de inexistência de recursos financeiros para a execução de políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente, o Poder Judiciário, quando acionado, poderá determinar a implementação gradual de medidas concretas nesse sentido porque necessárias à plena fruição do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto pode-se concluir que é dever do Estado promover políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente, como meio necessário a dar a máxima efetividade ao direito fundamental ao desenvolvimento sustentável, a preservação da dignidade humana e a efetiva proteção do cidadão consumidor, bem como a possibilidade de, quando necessário, o Poder Judiciário determinar ao Estado a implementação dessas políticas públicas.



7. REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, Darcy. *Teoria Geral do Estado*. 44. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- BARCELLOS, Ana Paula de. *A Eficácia Jurídica dos Princípios Constitucionais: O Princípio da Dignidade na Pessoa Humana*. 2.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BARROSO, Luís Roberto. *O Direito Constitucional e a Efetividade de suas Normas*. 8.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estudos sobre Direitos Fundamentais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais; Portugal: Coimbra, 2008.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de Teoria Geral do Estado*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do Direito das Relações de Consumo*. Curitiba: Juruá, 2011.
- FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.
- FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- GARBADO, Emerson. *Interesse Público e Subsidiariedade: o Estado e a sociedade civil para além do bem e do mal*. Belo Horizonte: Fórum, 2009.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- GOTTI, Alessandra. *Direitos Sociais: fundamentos, regime jurídico, implementação e aferição de resultados*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- JÚNIOR, Alberto do Amaral. “O Desenvolvimento Sustentável no Plano Internacional”. In: FILHO, Calixto Salomão (org.). *Regulação e Desenvolvimento: novos temas*. São Paulo: Malheiros, 2012.
- JÚNIOR, Américo Bedê Freire. *O Controle Judicial de Políticas Públicas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo: meio ambiente, consumidor, patrimônio cultural, patrimônio público e outros interesses*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. *Direito ao Desenvolvimento na Constituição Brasileira de 1988*. Revista Eletrônica de Direito Administrativo (REDAE). Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 16, no-

- vembro/dezembro/janeiro, 2009. Disponível na Internet: www.direitodoestado.com.br/redae.asp. Acesso em 22 de dezembro de 2012.
- ONU. *Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação*. Brasília: UNESCO, 2005.
- PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. *Teoria geral e crítica do direito constitucional e internacional dos direitos humanos*. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri (Coord.). *Direito constitucional e internacional dos direitos humanos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 30.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. *Desenvolvimento e crise no Brasil*. 7. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.
- RISTER, Carla Abrantkski. *Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências*. São Paulo: Renovar, 2007.
- SACHS, Ignacy. *Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- SALA-I-MARTIN, Xavier; PINKOVSKIY, Maxim. *Parametric estimations of the world distribution income*. Cambridge: National bureal of economic research, 2009. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w15433>>. Acesso em: 06/06/2014
- SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- SOUZA, Marcos Gouvêa de. *Metaconsumidor: a sustentabilidade na visão do consumidor*. São Paulo: GS&MD, 2010.
- VEIGA, José Ely da. *A Emergência Socioambiental*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.